



*(Artigo para avaliação da disciplina: Sociologia do Território, ministrada pelo Prof. Eber Pires Marzulo no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional- PROPUR/ UFRGS, 2010).*

## **Favela e Território: Exercício de compreensão a partir de Milton Santos e Michel de Certeau**

***Taiana Pitrez Tagliani***

*Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas, Brasil (2008). Mestranda pelo PROPUR/UFRGS, 2009.*

## **1. Introdução**

Este trabalho constitui-se num exercício – parte da disciplina de “Sociologia do Território” no qual me proponho a “pensar o território”, pensar o território da favela, a favela enquanto território usado. Reflexões que ajudarão a compor o *main stream* teórico do projeto que venho desenvolvendo como Dissertação de Mestrado, que trata da ocupação pelos pobres nas favelas, num olhar a partir das legislações Urbana e Ambiental brasileiras atuais.

Ao analisarmos a ocupação urbana no mundo e, em especial no Brasil, podemos notar uma incidência de ocupação em áreas consideradas impróprias para moradia ou mesmo para qualquer tipo de edificação. Em muitos casos, são áreas de risco – encostas de morros, áreas de vazão de rios, charcos - e por serem desvalorizadas pelo mercado imobiliário, acabam sendo invadidas por quem está à margem deste mercado – os pobres.

Essas áreas, quando invadidas, representam um problema para as cidades sob, no mínimo dois aspectos: são um risco para quem as habita, por conta dos movimentos de terra, vazão de águas, chuvas, que ameaçam as edificações constantemente e, portanto, a vida de quem nelas habita; e um risco para o ambiente, que sofre com as ocupações em áreas naturalmente “reservadas” para a absorção e escoamento das águas pluviais e fluviais, com a poluição dos rios decorrente de ocupações sem tratamento do esgotamento sanitário.

Porém, para tratar do problema que as ocupações representam, se faz necessário entender como se dá esse tipo de ocupação, ou seja, como se dá a ocupação do território pelos pobres, e quais suas implicações sociais – o que representa para o entendimento da sociedade e para o planejamento urbano. Para tanto, serão evocados, neste trabalho, os seguintes autores: Milton Santos, Michel de Certeau, Mike Davis, Eber Marzulo, Janice Perlman, Lucia Maria Bogus e Luiz Cesar Ribeiro, autores que compuseram os seminários propostos pela disciplina de Sociologia do Território.

## **2. Compreendendo a problemática do território a partir de Milton Santos e Michel de Certeau**

Para compreender a problemática do território, Milton Santos retoma, em um

seminário<sup>1</sup>, e a partir de estudos seus anteriores, algumas categorias de análise. A primeira é a noção de evento, que permite unir o mundo ao lugar, o tempo e o espaço em uma categoria única. Considerando que o espaço tem um componente empírico a ser estudado, como se uniria tempo e espaço sem o tempo ser considerado em sua empiria, em sua historicidade? A noção de periodização poderia ser a base para se trabalhar o tempo empírico, diz Santos, pois o tempo não pode ser trabalhado como momentos fugazes, e sim com pedaços de tempo. Ele toma o tempo empiricizado como “um conjunto de possibilidades (...) e sem o qual a idéia de projeto também se torna impossível.” (SANTOS, 1999).

No que Michel de Certeau chama de “cidade conceito”, essa não articulação entre espaço e tempo, numa “organização funcionalista, privilegiando o progresso (tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço”. (CERTEAU, 1994). Para Certeau, se no discurso que a instaura a cidade serve de baliza para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana dá conta daquilo que o projeto urbanístico não contemplou. A cidade estaria suscetível a movimentos que “se compensam e se combinam fora do poder panóptico”, não podendo ser programada e controlada como os urbanistas utópicos a definiram.

Parece-me de acordo com essa idéia de suscetibilidade a segunda categoria levantada por Santos - a *forma-conteúdo*, onde ele pontua um dinamismo da sociedade, não ontológico, “mas pelo fato de ela (a sociedade), naquele momento, naquele período (...) se realizar e, a partir desse ponto, rever a noção de região, a noção de cidade (...)”. (SANTOS, 1999). Assim, o espaço teria uma quinta dimensão, o cotidiano, que, através do acontecer solidário redesenharia, de maneira dinâmica, os limites e a escala do território. Este acontecer solidário seria uma alternativa à noção de escala trabalhada na geografia, pois, segundo o autor esta seria “insuficiente para permitir uma análise dinâmica dos fatos sociogeográficos”. Assim, o acontecer solidário possibilitaria a reconstrução de um território a partir de mosaicos.

“Haveria algo que levaria à realização concreta, à produção histórica e geográfica de eventos solidários. E é isso que dá o limite da área. Quer dizer, a idéia de

---

<sup>1</sup> Seminário organizado pelo Laboratório de Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO/IPPUR) e pelo Núcleo de Cidadania e Políticas Públicas da FASE, transcrito e publicado no Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, Nº2, 1999, p. 15-26.

escala (já que é também uma idéia de limite) ganharia em dinamismo a partir dessa noção de ‘acontecer solidário’(...)”. (SANTOS, 1999)

Santos traz a idéia de horizontalidade e verticalidade baseada na distinção da noção de espaço econômico e espaço banal, feita por François Perroux:

“François Perroux dizia que o espaço econômico era a reunião de pontos para possibilitar o exercício da economia. Essa idéia de espaço de fluxos ele contrapunha à de espaço geográfico. Haveria um espaço do geógrafo, que não seria o espaço do fluxo, e o espaço dos fluxos, que seria dos economistas.” (SANTOS, 1999)

Guardadas às devidas adequações de momento histórico, Santos compara essa idéia de espaços de fluxos à idéia de horizontalidade e verticalidade, quando esses espaços banais seriam resultado das relações verticais e horizontais, espaços de comunicação, de comunhão, o espaço de todos – os “espaços da globalização”. Assim, se voltaria a pensar na totalidade dos agentes do espaço, coisa que, segundo o autor, os territorialólogos e planejadores deixaram para trás, porque trabalham em cima de algo que não é o espaço. “O planejamento espacial, o planejamento territorial, o planejamento regional não são planejamentos do espaço” (SANTOS, 1999). A idéia de totalidade do espaço – essencial para o planejamento do espaço – só poderia ser alcançada pela noção de horizontalidade.

Considerando que espaço, para Certeau, é o lugar praticado, podemos fazer uma aproximação com a categoria de análise defendida por Milton Santos. Território, para este, não seria por si só, uma categoria de análise, sua categoria de análise seria o *território usado*. Para o geógrafo, o território deve ser compreendido como território usado para que se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais, com vistas à produção de projetos para uma política séria. Tomando como referência a idéia da relação sociedade-natureza, Santos coloca que a dialética entre estes entes só se dá através da valoração da natureza pela sociedade. A sociedade não atuaria na natureza em si, sua atuação partiria do valor que ela atribui àquele pedaço de natureza. “O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço.” (SANTOS, 1999)

Para Milton Santos, a idéia de território usado se adéqua à noção de um território em mudança, em processo, se o tomarmos a partir de seu conteúdo – uma forma-conteúdo. É o território que, enquanto território usado, com sua forma-conteúdo, que, suscetível aos eventos, constitui a união entre o passado e o futuro imediatos. O território – e Santos aciona novamente François Perroux:

“(...) deveria ser visto como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.”

Mas o território, para a ciência política, não parece ter um conteúdo social. Este aparecendo apenas em forma de estatísticas, que podem ser acionadas quando da necessidade de produzir um discurso. O dinamismo socioterritorial, socioespacial estão excluídos. Um exemplo apresentado por Santos é sobre o estudo da pobreza, que geralmente é tratada como se fosse independente de um conjunto de circunstâncias, faltando, para a interpretação da pobreza, a idéia de totalidade. Para um correto trabalho em planejamento urbano, há que se compreender a dinâmica da sociedade.

### **3. Favela: um problema de planejamento espacial?**

A ocorrência massiva de favelas e do processo de favelização no mundo e particularmente no Brasil e os estudos sobre esse modo de ocupação do território, de que tratam Mike Davis, Janice Perlman, Eber Marzulo, Lucia Maria Bogus e Luiz Cesar Ribeiro devem fornecer, para o momento, a discussão de que necessito sobre o pensar o território e as políticas que derivam deste pensar. Sem esmiuçar aqui os fatores que deram origem ou que intensificaram os processos de favelização no mundo (DAVIS, 2006 p195, 203 e 204) e no Brasil (PERLMAN, 2002 p33 e 34), não posso me furtar a tratar, diante das idéias de Milton Santos, a manutenção da condição de precariedade das ocupações pelos pobres nas favelas – como fruto de um pensamento sobre o território, pensamento este limitado a questões pontuais e incapazes de enxergá-lo em sua totalidade.

Começando pela escala global, Mike Davis (2006) em sua resenha do relatório *The challenge of the slums*, publicado pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas em 2003, que trata principalmente sobre “a predominância espantosa das favelas”, atribui a superurbanização, processo que leva inexoravelmente à favelização, às políticas de desregulamentação agrícola e “descampesinação” impostas através dos planos de ajuste estrutural pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos 1980, e atualmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

“Os anos 1980 - quando o FMI e o Banco Mundial usaram a alavancagem da dívida para reestruturar a economia da maior parte do Terceiro Mundo – foram a época em que as favelas tornaram-se um futuro implacável não só para os migrantes rurais pobres como também para milhões de habitantes urbanos

tradicionais, desalojados ou jogados na miséria pela violência do ‘ajuste’.”  
(DAVIS, 2006 p.203)

Ao atribuir ao recuo do Estado o aumento da pobreza e da desigualdade social nas décadas de 1980 e 1990, o relatório revela um olhar sobre o território absolutamente pautado no mercado, e que desconsiderou o conteúdo social que o define como espaço – a sua forma-conteúdo. Uma aproximação pode ser feita com a idéia de horizontalidade e verticalidade apresentada no capítulo anterior, considerando as medidas que teriam alavancado os processos de favelização pelo mundo como processos verticais, onde não se pensa na totalidade dos agentes do espaço, onde não se faz planejamento do espaço.

No Brasil e, tratarei aqui, especificamente, da cidade do Rio de Janeiro – emblemática<sup>2</sup> no que tange à ocupação dos pobres pelas favelas e cidade sobre a qual trata a literatura que aciono para falar de Brasil, a explosão do fenômeno favela foi, por muito tempo, atribuída aos processos migratórios do final do século XIX e início do século XX (PERLMAN, 2002). Estes explicam o princípio do processo, mas “dados censitários indicam que a migração explica cada vez menos o acelerado processo de favelização em curso na (referida) cidade.” (LAGO e RIBEIRO, 2001)

Os estudos de Lucia Maria Bogus e Luiz Cesar Ribeiro, sobre o que chamam de a principal (di)visão da sociedade carioca: a divisão favela-bairro, a partir da compreensão da cidade como objetivação do espaço social, analisa as proximidades e distâncias sociais entre a favela e o restante da cidade, avaliando o seu papel nessa (di)visão. Segundo os autores, a realização dessa análise implicaria em superar a ilusão de que:

“As propriedades sociais de uma prática ou os atributos de um grupo podem ser explicados por ele mesmo, sem levar em consideração que o real é sempre relacional e, como tal, socialmente construído.” (LAGO e RIBEIRO 2001)

Assim, a pobreza e os problemas relacionados com a favela só existiriam como tais a partir de ações externas e internas à favela, que determinariam essa condição. As intervenções – diretas ou indiretas – determinaram e determinam na favela o seu ritmo de crescimento, os índices de desigualdades, de violência. Uma questão levantada por Milton Santos é que os agentes do território adaptam suas normas para compatibilizá-las com as normas dos agentes hegemônicos do mercado, “rompendo com equilíbrios externos e internos, condenando os equilíbrios preexistentes (no território).” E ele atribui a este

---

<sup>2</sup> No dizer de Marzulo (2005) “Centenária, a favela carioca é aquela que opera como referente para pensar-se o processo de ocupação das metrópoles brasileiras pelos pobres.”

desequilíbrio, a crise da Nação brasileira a partir do território. “Não há melhor indicador da crise por que passa a Nação que o território; pela sua nervosidade, pela sua instabilidade, pela sua ingovernabilidade, como território usado.” (SANTOS, 1999 p20)

De forma parecida com a que foi atribuído ao FMI o processo de favelização no mundo, no Brasil a luta pela mais-valia maior em função da posição ocupada na economia global exige a permanente adaptação às normas das grandes empresas, aumentando a instabilidade do território, desordenando-o em detrimento da ordem das grandes empresas. Assim, o poder sobre o território passa para as mãos das grandes empresas, sendo sua gestão cada vez menos possível pelas instâncias políticas e mais pelas instâncias econômicas. Com a economia se realizando através da política, é a política exercida pelos agentes econômicos hegemônicos que ocupa uma posição central (SANTOS, 1999)

Inegavelmente, a parcela da população que mais sofre é a porção mais pobre, que, diante dessa instabilidade e de uma gestão do território inatingível para ela, ocupa áreas irregularmente, vive em condições subumanas, sem um Estado que a ancore. Nos dizeres de Marzulo,

“Em uma perspectiva histórica, os trabalhadores não qualificados, que foram inseridos na ordem competitiva de forma subalterna, posicionados nos níveis mais baixos da estrutura social, hoje são os deserdados das políticas liberais e das transformações nas formas de produção.” (MARZULO, 2005)

Talvez uma maneira de deslocar esse “poder sobre o território” seja a partir da idéia do *saber local* trabalhado através da universidade, onde Santos sugere uma forma diferente de produção do saber: a idéia de *universalidade empírica*, onde, a partir da globalização, a idéia de totalidade poderia ser trabalhada empiricamente. A partir da empiricidade do local, poder-se-ia entender a totalidade-mundo, porque o mundo se realizaria seletivamente no lugar. Dessa maneira: “a possibilidade de uma teorização que abranja o todo e a parte no campo do espaço se tornou possível também através (...) do cotidiano” (SANTOS, 1999).

Essa idéia remonta à noção de *evento*, tratada anteriormente. Se as questões relativas à gestão do *território usado* se realizariam através da relação *espaço-tempo*, uma metodologia proposta por Santos para tornar “o *evento* analítico analiticamente utilizável” seria “tentar encontrar o que o caracteriza em geral, em seguida o que o caracteriza em particular e, a partir daí, verificar como incide sobre uma sociedade e um lugar.” (SANTOS, 1999)

Marzulo traz, em sua tese de doutoramento, uma análise que leva em conta as categorias de análise tratadas no item 2 deste exercício, e com as quais busco relações para uma melhor compreensão da ocupação do território pelos pobres. Ele localiza a favela carioca “sociogeopoliticamente”, partindo da dimensão espacial para a definição da sua identidade social, levando em consideração a história - o tempo periodicizado, o cotidiano, as relações sociais. Um caminho que, creio poder compor a dita “visão totalizadora” da favela, a fim de construir uma política, no dizer de Milton Santos, com “P” maiúsculo.

### **Referências bibliográficas**

- CERTEAU**, M. de. *A invenção do cotidiano*, vol. I – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DAVIS**, M. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: *Contragolpes*, Emir Sader (org.), São Paulo: Boitempo, 2006.
- LAGO**, L. C. do e **RIBEIRO**, L. C. Q. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro, in L. C. Q. Ribeiro e L. Bógus (org.), *Cadernos MetrÓpole*, 5; 37-59, 2001.
- MARZULO**, E. P. *Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. Tese de doutoramento; Rio de Janeiro; IPPUR – UFRJ, 2005.
- PERLMAN**, J. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2002.
- SANTOS**, M. O lugar e o cotidiano. In: \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*, São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS**, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: *Cadernos IPPUR*, ano XIII, nº 2: 15 – 26, ago-dez, 1999.